

Senado deve manter o voto

O Senado ameaça anular, rejeitar ou simplesmente engavetar o aumento de salários dos parlamentares aprovado quarta-feira pela Câmara. Há até senadores que apontam a existência de fraude nas votações. Uns acham que a sessão foi nula porque não teria havido quórum e outros alegam que houve quebra do sigilo dos votos.

"Farei tudo para que não passe", garantiu o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB). Um movimento para que o Senado "sequer aprecie" a decisão da Câmara que derrubou o voto presidencial foi lançado ontem pelo líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS): "Estamos dispostos a tudo para evitar esse desgaste perante a opinião pública".

O Senado tem poder de derrubar a decisão da Câmara por 41 votos, metade de seus integrantes. Se a decisão da Câmara derrubando o voto presidencial passar, o aumento será repassado imediatamente aos parlamentares, ministros de Estado, funcionários comissionados do Legislativo e Judiciário, além de presidentes e diretores das estatais, beneficiando também os deputados estaduais e vereadores que têm vencimentos atrelados aos dos deputados federais.

Existe divergência sobre se o funcionalismo em geral seria beneficiado imediatamente ou através de recurso à Justiça. Mas se o Senado mantiver a decisão da Câmara derrubando o voto, o governo pode enviar ao Congresso medida provisória acabando com a lei da isonomia, informou Pedro Simon. O deputado Paulo Paim (PT-RS) enviou requerimento à mesa do Congresso solicitando que a Medida Provisória 434, que cria a URV, seja votada na próxima quarta-feira. "Só assim poderemos discutir nossos aumentos salariais". O deputado anunciou que devolverá seu salário aos cofres da Câmara, se o Senado aprovar o aumento de 23,66%.

Apoiado pelos senadores Marco Maciel (PE), líder do PFL, e Garibaldi Alves (PMDB-RN), Simon revelou que as votações da quarta-feira passada podem ser anuladas até por fraude. Para o líder, até mesmo a votação do limite salarial imposto ao funcionalismo público e das estatais — de 90% dos vencimentos dos ministros de Estado — não foi concluída. Também para Maciel e Garibaldi houve irregularidades na votação dos três vetos. "A votação foi nula porque não tinha quórum no Senado", argumentou Maciel.